



NITEROI/RJ

Presidente do SVNIT

é eleito novo presidente do Conselho Municipal de Saúde



O Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões (SVNIT) Claudio Vigilante foi eleito, nesta segunda (31/08), como o novo presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Niterói. O nome do sindicalista foi indicado pelos conselheiros participantes.

A eleição aconteceu no auditório da Policlínica de Especialidades Drº Sylvio Picanço. O SVNIT já fazia parte do conselho, tendo como representantes o próprio Cláudio Vigilante (titular) e o diretor Adilson Silva (suplente). O sindicato ganhou mais um assento no conselho. Agora, Paulo Henrique de Jesus da Silva é o suplente de Cláudio, enquanto Adilson se torna conselheiro efetivo tendo Josimar da Silva Correa como suplente.

“Agradeço às entidades do movimento social e comunitário e à Federação das Associações de Moradores de Niterói pela indicação e confiança. Vamos juntos lutar por um SUS de qualidade para os moradores de Niterói”, disse Cláudio após a eleição.

O Conselho Municipal de Saúde é um Órgão permanente, de caráter deliberativo, consultivo e normativo cujo objetivo é elaborar, controlar e fiscalizar a execução da política de saúde do Município.

“Junto com as demais entidades dos usuários, o sindicato vai continuar buscando melhorias nos atendimentos para os moradores nas unidades de saúde do Município de Niterói. Estamos presentes onde a nossa categoria precisa, e o conselho de saúde é um lugar muito importante para o nosso segmento”, concluiu Claudio Vigilante.

Conselho Estadual - Além de assumir a presidência do CMS, Cláudio também foi indicado pela maioria dos conselheiros municipais para compor o Conselho Estadual de Saúde como Conselheiro. Será dele a responsabilidade de representar o município no colegiado, debatendo melhorias do sistema como um todo não só para os niteroienses, mas para todo o estado do Rio.

Fonte: SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITEROI/RJ

Sindsegur participa de audiências no TRT



Diariamente nossa entidade está na luta para combater os abusos praticados pelas empresas de vigilância no Rio Grande do Norte.

Na última semana o coordenador geral do Sindsegur Márcio Lucena e o diretor jurídico Ivanildo Praxedes estiveram na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Na ocasião os representantes da nossa entidade junto com a advogada, Thaisa Fernandes, que faz parte do escritório RAM que presta assessoria jurídica ao Sindsegur participaram de audiências específicas sobre ações da nossa entidade contra empresas de vigilância.

A jornada de lutas pelo cumprimento dos nossos direitos está sendo reforçada a cada dia através das notificações, atos políticos e ações jurídicas.

O nosso sindicato está diariamente combatendo toda forma de exploração e vai continuar cobrando das empresas o devido respeito com a categoria. Vamos fortalecer a mobilização para fazer valer nossos direitos e avançar nas conquistas.

Sindsegur é trabalho!

Fonte: SINDSEGUR

PF cancela autorização de empresa de formação de vigilantes sediada em Patos/PB

A operação comprovou que foram inseridos no sistema da PF aproximadamente 234 laudos psicológicos falsificados de alunos do curso de vigilante



A Polícia Federal publicou, nesta segunda-feira (1/8), portaria que aplica a pena de cancelamento punitivo à empresa de curso de Formação de Vigilantes, sediada na cidade de Patos/PB.

A medida foi prolatada em decorrência da Operação Apâte, que foi deflagrada pela PF em 21/03/2023, ocasião em que foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão, sendo recolhidos diversos documentos que serviram de base probatória para o processo de cancelamento de empresa de formação de vigilantes.

Na investigação, ficou constatado que a empresa falsificou em torno de 234 laudos psicotécnicos de alunos de cursos de vigilante e os inseriu em sistema da Polícia Federal para que fossem homologados.

Com a publicação da portaria, a empresa fica impedida de realizar novos cursos de formação de vigilantes, podendo recorrer à decisão.

Comunicação Social da Polícia Federal na Paraíba

WhatsApp: (83) 3565 8690

E-mail: cs.srpb@pf.gov.br

Após intensa pressão, Copom anuncia queda de Selic para 13,25%

Política monetária praticada pelo BC de Campos Neto drenou quase R\$ 700 bi do PIB brasileiro em um ano

Foto: CONTRAF-CUT



Como já era previsto, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), anunciou nesta quarta-feira (2) a redução da taxa de juros básica da economia brasileira (Selic), que passa de 13,75% para 13,25%. A redução do índice acontece pela primeira vez em três anos, como resultado do aumento da pressão, em especial nos últimos meses, por parte de diversos setores da sociedade civil contra os juros altos praticados no país.

Um dia antes do início da reunião do Copom, que começou na terça, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com representantes de bancos, o que foi traduzido no meio político como uma “pressão silenciosa” sobre a entidade no sentido de reduzir a Selic.

As centrais sindicais e movimentos populares também reforçaram as manifestações contra os juros altos, com ações nas redes sociais, no final de semanas que antecedeu este último

encontro do Comitê de Política Monetária, e protestos em frente às sedes do Banco Central, nas principais capitais do país.

“No último ano, o Banco Central manteve a Selic no patamar de 13,75%. A entidade tem praticado o maior choque de juros, em 20 anos, que limita a atividade econômica do país”, destacou Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidenta da CUT, entidades que lançaram a campanha #JurosBaixosJá.

“Por que o corte na Selic favorece o crescimento da economia? Porque os juros definidos pelo Banco Central são repassados para os clientes de todo o sistema financeiro. Então, com a Selic alta, fica mais alto o custo do crédito para as pessoas e para as empresas, significa pagar mais caro pela casa própria, pelo carro. Logo o inverso também acontece: a Selic mais baixa, dinamiza a economia e melhora a vida da população e do setor produtivo, com mais recurso para gastar e investir”, completou Juvandia.

Impacto no orçamento federal

A Selic elevada também aumenta o custo do governo com o pagamento de juros dos títulos públicos, grande parte com vencimentos vinculados à taxa básica de juros, como explica o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (Dieese), Gustavo Cavarzan.

“Com a Selic em 13,75%, como esteve até agora, considerando o estoque da dívida do setor público no patamar de cerca de R\$ 6 trilhões, e que cerca de 64,5% desse estoque têm a Selic como indexador, cada ponto

percentual significa um aumento de custo da dívida anual de cerca de R\$ 38 bilhões. Logo, a decisão do Copom de hoje, libera do orçamento da União em cerca de R\$ 19 bilhões”, pontuou.

Gustavo Cavarzan destaca ainda que, em janeiro de 2021, quando a Selic estava em 2%, o governo federal gastava em 12 meses cerca de R\$ 316 bilhões, com juros da dívida (4,25% do PIB). “Em abril de 2023, quando a Selic já estava sendo mantida em 13,75%, o gasto de 12 meses que com os juros subiu para R\$ 659 bilhões (6,47% do PIB)”, completou.

“Esse valor, mobilizado do orçamento do Estado com os detentores privados dos títulos da dívida pública, é um valor que deixou de ir para educação, saúde ou infraestrutura. Por isso que o Brasil é chamado de paraíso dos rentistas e isso tem que acabar. Não vamos esquecer que os maiores credores da dívida pública são as instituições financeiras. Ou seja, os únicos que ganham com a Selic elevadíssima são eles, e não a população no geral”, completou Juvandia Moreira.

Seguem manifestações

A Jornada de mobilização contra a política monetária do BC e as ações #JurosBaixosJá continuam, mesmo após a decisão do Copom desta quarta-feira.

“Vamos seguir pressionando o BC e o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, pelo fim de uma política monetária que boicota o desenvolvimento do país”, destacou o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtale. “A Selic segue, há anos, em um patamar que sufoca a economia, com prejuízos para o setor produtivo e criação e manutenção de empregos”, completou.

Com a Selic em 13,25%, o Brasil segue com o maior nível de juro real (taxa Selic descontada a inflação) do mundo, em torno de 8%.

O economista Ladislau Dowbor, professor da PUC São Paulo, calcula que uma taxa razoável para a Selic seria de 5% a 6%, menos da metade da atual, o que daria em termos de juros reais 1,5% de lucro, já descontada a inflação, como é praticada em países da Europa e os Estados Unidos.

Já o economista Marcelo Manzano, professor da Unicamp, avalia que um patamar razoável, de juro real no Brasil, seria entre 3% e 5%.

“Os países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne 38 países de economias mais avançadas] trabalham com juros mais baixos, mas infelizmente temos uma moeda menos valorizada, e isso obriga o país a trabalhar com um juro maior.

Se baixar demais pode ocorrer a fuga de capital financeiro, pois seria mais confortável para os investidores manterem o dinheiro no exterior. Ainda assim, a atual taxa praticada pelo BC é desproporcional”, explicou em entrevista ao site da CUT.



Foto: Adonis Guerra / SMABC

Continua inaceitável

Em nota sobre a decisão do Copom, a CUT Brasil avaliou como insuficiente a redução da Selic, “mantida em patamares superiores a 13% desde agosto de 2022”.

“As medidas adotadas pelo governo do presidente Lula reduziram a inflação, valorizaram o real, aumentaram a produção

interna e reduziram o desemprego para 8%, o menor percentual dos últimos oito anos. Além disso aprovou o novo arcabouço fiscal e a primeira fase da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Neste contexto, é injustificável manter a taxa Selic em patamares superiores a 13%”, observou a entidade.

Foto de abertura: Adonis Guerra / SMABC

Fonte: Contraf-CUT

Saiba como identificar casos de assédio no trabalho

Em julho, perfis do TST nas redes sociais divulgaram a campanha “É assédio!”, para auxiliar vítimas a identificar práticas abusivas



O assédio se caracteriza pelo ato de importunar alguém de forma abusiva. Isso ocorre, por exemplo, com perseguição, propostas, declarações ou insistências, de forma virtual ou presencial. No ambiente de trabalho, ele se configura quando a pessoa é exposta a uma situação constrangedora, abusiva ou inapropriada.

Durante o mês de julho, os perfis do TST nas redes sociais (Instagram, Facebook e Twitter) divulgaram a campanha “É assédio!”, que exemplificou situações que caracterizam diferentes tipos de assédio: moral, moral organizacional e sexual. A série mostrou situações em que essas formas de assédio se apresentam.

Conhecer exemplos da prática de assédio pode auxiliar a identificar e combater essa prática. Veja alguns exemplos:

Assédio Moral

- * Sobrecarregar o profissional com novas tarefas ou retirar o trabalho que habitualmente executava, provocando a sensação de inutilidade e de incompetência;

- * Impor punições vexatórias (dancinhas, prendas);

- * Não levar em conta seus problemas de saúde;

- * Ignorar a presença da pessoa assediada, dirigindo-se apenas aos demais colaboradores;

- * Limitar o número de idas ao banheiro e monitorar o tempo de permanência;

- * Impor condições e regras de trabalho personalizadas, diferentes das que são cobradas dos outros profissionais.

Por outro lado, não se configura assédio moral exigir que o trabalho seja realizado com

eficiência e estimular o cumprimento de metas. No dia a dia, é natural existirem cobranças, críticas e avaliações sobre o trabalho e o comportamento profissional.

Assédio Moral Organizacional

- * Gestão por estresse, que extrapolam as condições normais de trabalho em razão da pressão para o cumprimento de metas irreais;

- * Uso de práticas abusivas gerenciais para o aumento de produtividade ou redução de custos;

- * Exigência de desempenho exagerado que leva ao comprometimento da saúde física e emocional dos envolvidos, gerando ansiedade, depressão, insônia e sentimento de incapacidade, entre outros.

Assédio sexual

- * Convites impertinentes;

- * Contato físico não desejado;

- * Insinuações explícitas ou veladas de caráter sexual;

- * Gestos ou palavras, escritas ou faladas, de duplo sentido.

Como denunciar

Ser vítima de condutas de assédio é uma situação insustentável. Muitas vezes, as pessoas não sabem como agir por medo do que possa vir a ocorrer.

Não hesite em denunciar a situação, seja você servidora ou servidor público, trabalhadora ou trabalhador de empresa privada, prestadora ou prestador de serviço, estagiária ou estagiário ou aprendiz.

A vítima de assédio pode comunicar a situação ao setor responsável (como ouvidoria ou área de compliance da organização), ao superior hierárquico do assediador ou ao departamento de recursos humanos.

Caso não tenha sucesso na denúncia, a vítima também pode procurar o sindicato profissional, a associação ou o órgão representativo de classe.

Além disso, avalie a possibilidade de ingressar com ação judicial de reparação de danos morais. Lembre-se de reunir provas e testemunhas.

(Andrea Magalhães/CF)

Fonte: TST

Senado vai contestar decisão do STF que limita pagamento do piso da enfermagem

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco já se reuniu com a Advocacia da Casa para contestar a decisão do STF que garante o pagamento aos profissionais da rede pública

NATIONAL CANCER INSTITUTE NA UNSPLASH



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou nesta terça-feira (19) que vai contestar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que garante o pagamento do piso da enfermagem aos profissionais da rede pública, por estados e municípios, na medida dos repasses federais. Em julho, o supremo deu prazo de 60 dias para negociação coletiva da categoria no setor privado. Se não houver acordo, só após esse período o pagamento será obrigatório.

Segundo Pacheco, ele se reuniu com a Advocacia do Senado para elaborar o recurso. “Reuni-me, nesta terça-feira, com a Advocacia do Senado Federal para tratar da elaboração da peça de recurso de embargos de declaração contra a decisão do Supremo Tribunal Federal relativamente ao piso da enfermagem”, escreveu em sua conta em uma rede social.

O objetivo é garantir a “aplicação plena e imediata daquilo que foi decidido pelo Congresso Nacional em relação à enfermagem do Brasil”.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Sancionado em agosto de 2022, o piso prevê salários iniciais de:

- R\$ 4.750 aos enfermeiros;
- R\$ 3.325 aos técnicos em enfermagem;
- R\$ 2.375 aos auxiliares de enfermagem e parteiras.

No entanto, logo após a sanção, houve pressão de estados, municípios e da rede privada de hospitais. Todos alegavam possível rombo nas contas. E uma entidade patronal, a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços pediu ao STF que suspendesse a validade da lei e o pagamento no início de setembro.

Uma liminar concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso foi confirmada pela maioria dos ministros, que condicionaram o pagamento a uma fonte de recursos para garantir o pagamento. Em dezembro o Congresso promulgou uma nova PEC, que entre outras coisas destravava verbas para viabilizar o piso.

Isso permitiu que o governo Lula (PT) sancionasse, em maio, uma nova lei, que garante R\$ 7 bilhões para o pagamento a profissionais da enfermagem dos estados, Distrito Federal, municípios e entidades filantrópicas. Mas desde que o público atendido seja formado de pelo menos 60% de usuários do SUS.

Foto: Agência Brasil

Fonte: Cida de Oliveira | Editado por: Helder Lima | Rede Brasil Atual (RBA)

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF